

FICHA TEMÁTICA

A Cooperação Portuguesa

Março de 2015

Política de Cooperação para o Desenvolvimento

A Cooperação para o Desenvolvimento é um vetor chave da política externa portuguesa, que assenta num consenso nacional alargado entre as principais forças políticas e a sociedade civil, tendo como objetivo a **erradicação da pobreza** e o **desenvolvimento sustentável dos países parceiros**, num contexto de respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pelo Estado de direito.

A cooperação para o Desenvolvimento deve ser entendida como um **investimento** e não uma despesa, como **desenvolvimento** e não ajuda.

A conceção da política de cooperação portuguesa tem em atenção as novas oportunidades e desafios nacionais e internacionais, bem como os compromissos assumidos internacionalmente, devendo estar alinhada e ser instrumental para os interesses nacionais e responder de forma eficaz e estruturante aos objetivos e prioridades dos países parceiros.

Documentos enquadradores da atuação da Cooperação Portuguesa

Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014 – 2020

O Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa é o documento de orientação estratégica da atuação da Cooperação Portuguesa para o período 2014 – 2020, estabelecendo de forma pragmática os objetivos, princípios e prioridades, quer no plano bilateral quer no plano multilateral. Entende-se este Conceito como um documento flexível e dinâmico que permitirá acomodar a evolução das necessidades dos países parceiros, a definição dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda do Financiamento do Desenvolvimento.

O documento assenta em princípios chave, nomeadamente: **Coerência/Coordenação** entre parceiros da cooperação portuguesa; **Concentração geográfica e setorial**, privilegiando projetos com dimensão e natureza estruturante; **Apropriação**, com enfoque no desenvolvimento de capacidades e na sustentabilidade; **Parceria**, através da partilha de capacidades e recursos, incluindo a alavancagem de financiamento a nível bilateral e multilateral.

Estratégias Setoriais da Cooperação Portuguesa

Setorialmente a atuação da Cooperação Portuguesa é regida pelos seguintes documentos:

- Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento;
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável;
- II Plano para a Integração de Imigrantes (2010-2013);
- Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género;

- Plano para a Erradicação da Violência contra as Mulheres;
- Plano de Ação Nacional para a Implementação da Resolução n.º 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Programas de cooperação com os países parceiros prioritários

A Cooperação Portuguesa define em parceria com os países parceiros o documento enquadrador das atividades a implementar durante o período de vigência do mesmo, bem como o respetivo envelope financeiro.

Atualmente estão em vigor os seguintes programas de cooperação:

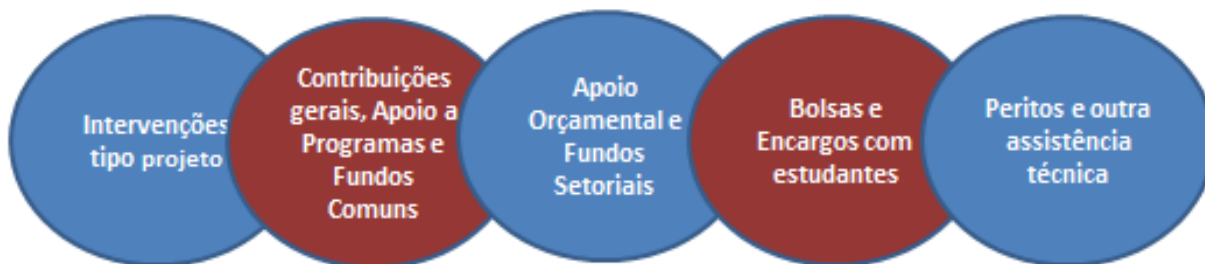
Cooperação Portuguesa - Programas de Cooperação (PIC/PEC)		
PIC Angola	2007 - 2014	Envelope Financeiro: 65 M€
PIC Cabo Verde	2012 - 2015	Envelope Financeiro: 56 M€
Plano de Acção Guiné Bissau	2014 - 2015	Envelope Financeiro: 6,8 M€
PIC Moçambique	2011 - 2014	Envelope Financeiro: 62 M€
PIC São Tomé e Príncipe	2012 - 2015	Envelope Financeiro: 43,5 M€
PEC Timor-Leste	2014 - 2017	Envelope Financeiro: 42 M€

Notas:

1. *Encontra-se para análise das autoridades angolanas o PEC PT-Angola 2015-2018.*
2. *Encontra-se a ser preparado o novo PEC PT-Moçambique.*

Instrumentos de Ajuda

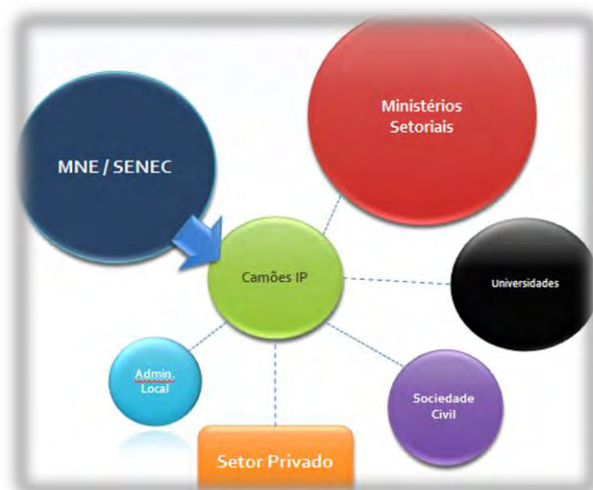
A Cooperação Portuguesa, numa ótica de promoção de sinergias e complementaridade com diferentes atores utiliza os seguintes instrumentos para concretizar as suas ações.



Modelo desconcentrado da Cooperação Portuguesa

O Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, sendo o órgão central da Cooperação Portuguesa, é a entidade de referência:

- na condução da política de cooperação.
- na supervisão, direção e coordenação dos diferentes parceiros nacionais, quer de natureza pública como os ministérios setoriais, universidades ou administração local, quer de natureza privada como Fundações, setor privado, Sociedade Civil ou ONGD .



COMPROMISSOS

0,7% APD/RNB - Afetar 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)



Esta meta foi inicialmente estabelecida em 1970, pela Assembleia Geral das Nações Unidas e tem vindo a ser internacionalmente reafirmada, ao mais alto nível, ao longo dos anos. Prevê que os países economicamente mais avançados desenvolvam esforços para alocar 0,7% do seu Rendimento Nacional Bruto (RNB) como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Em 2013, apenas 5 países membros do CAD/OCDE (Dinamarca, Luxemburgo, Noruega, Reino Unido e Suécia) tinham atingido ou superado esta meta.

0,15% - 0,20% APD/RNB para os Países Menos Avançados (PMA) - Afetar entre 0,15 a 0,20% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para os PMA



Reconhecendo que a APD desempenha um papel fundamental no financiamento dos PMA, os participantes da III Conferência das Nações Unidas sobre os PMA (2001) subscreveram o compromisso de envidar todos os esforços para inverter a tendência de diminuição da APD para os PMA e afetar 0,15% - 0,20% do seu Rendimento Nacional Bruto (RNB) como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) aos PMA.

Em 2013, 9 países membros do CAD/OCDE tinham alcançado ou superado esta meta.

50% do aumento do volume de APD para África



A Comissão Europeia, consciente do papel que desempenha enquanto maior doador mundial de APD para África, em 2006, comprometeu-se a aumentar o volume de Ajuda concedido à África subsaariana e a assegurar que 50% do aumento do volume coletivo (UE + Estados Membros) da APD seja direcionado para o continente africano e em particular para a região subsaariana.

FACTOS & DADOS

O **Esforço Financeiro Global** em prol da promoção do desenvolvimento dos países parceiros é composto por financiamento de natureza pública e privada. O setor público utiliza na afetação dos seus recursos duas principais modalidades:

- **Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)** – fluxos com elemento de dívida (ou concessional) elevado.

Outros Fluxos Públicos– fluxos com nível de concessionalidade mais reduzido, em que a promoção do desenvolvimento não é o seu principal objetivo. Os financiamentos do setor privado incluem fluxos privados e fluxos das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD). No total, todos estes fluxos constituem o Esforço Financeiro Global da Cooperação para o Desenvolvimento de um país.



A **Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)** é a componente mais concessional dos quatro elementos que constituem o Esforço Financeiro Global da Cooperação de um país

Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)

APD é o conjunto dos fluxos destinados aos países em desenvolvimento e a instituições multilaterais, financiados por organismos públicos, incluindo o Estado e as autoridades locais, ou pelas suas agências executoras.

Para ser elegível como APD uma atividade tem de ter como objetivo a **promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das populações dos países em desenvolvimento** e ter **carácter concessional que compreenda um elemento de dívida de pelo menos 25%** (calculado com uma taxa de desconto de 10%).

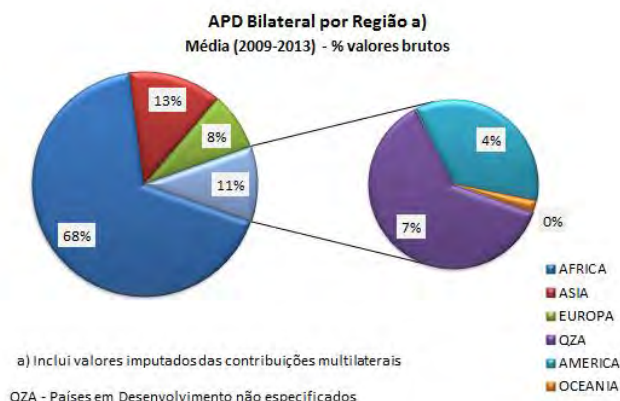


Entre 2009 e 2011, a APD portuguesa apresentou uma **tendência de crescimento** tendo atingido em 2011, o seu valor mais elevado, 509 M€. Nos dois anos seguintes apresentou um decréscimo, situando-se os valores líquidos de 2013 em 368

No período 2009-2013, em média, a APD portuguesa repartiu-se da seguinte forma:

- **63%** APD foi disponibilizada diretamente ao país parceiro (APD Bilateral)
- **37%** APD foi canalizada através de organizações internacionais (APD Multilateral)

Distribuição Geográfica da APD

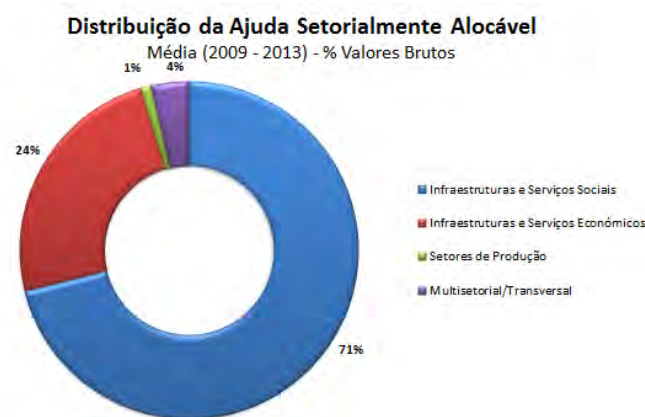


A APD Bilateral portuguesa é maioritariamente direcionada para o continente Africano, continente onde se situam 5 dos 6 países prioritários da Cooperação Portuguesa.

Países Prioritários da Cooperação Portuguesa:

- Angola
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Moçambique
- São Tomé e Príncipe
- Timor Leste

Distribuição Sectorial da APD



A APD Bilateral portuguesa é classificada em função do setor que visa beneficiar.

A APD Bilateral setorialmente alocável visa beneficiar maioritariamente o agrupamento das Infraestruturas e Serviços Sociais, traduzindo o apoio concedido a intervenções de caráter estruturante que promovem o desenvolvimento de capacidades, com particular destaque para os setores:

- Educação
- Saúde
- População e Saúde Reprodutiva
- Fornecimento e Abastecimento de Água
- Governo e Sociedade Civil
- Outras Infraestruturas e Serviços Sociais

MENSAGENS

A **Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento** tem como **objetivo fundamental a erradicação da pobreza extrema e o desenvolvimento sustentável dos países parceiros.**

O **Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa** é o documento de orientação estratégica da Cooperação Portuguesa para o período 2014–2020.

A **cooperação para o Desenvolvimento** deve ser entendida como um investimento e não uma despesa, como desenvolvimento e não ajuda.

A **cooperação portuguesa para o desenvolvimento** assenta no estabelecimento de parcerias, com benefícios mútuos e responsabilidades partilhadas.

Atendendo à estrutura descentralizada da cooperação portuguesa, é prioritário o desenvolvimento de parcerias inclusivas e abrangentes, que valorizem as mais-valias dos atores estatais e não-estatais, o público e o privado, procurando alinhar objetivos e promover capacidades de intervenção complementares.

A **APD portuguesa** é direcionada preferencialmente para o continente africano, beneficiando os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e Timor Leste.

A **APD portuguesa** visa beneficiar preferencialmente os setores da **Educação, Saúde, Governo e Sociedade Civil e outras infraestruturas Sociais** promovendo o desenvolvimento de capacidades e mitigando as necessidades mais prementes dos Países parceiros.

Para saber mais...

[FACEBOOK AED](#)

[WEBSITE AED](#)

<http://stats.oecd.org/>

<http://www.instituto-camoes.pt/>